

**AO(À) ILMO(A). SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 403/2025

VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.883.607/0001-92, com sede na Avenida Governador Walter Jobim, nº 500 – Bairro Patronato, Município de Santa Maria/RS, CEP 97020-355, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fulcro no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE:

De acordo com o artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, os pedidos de impugnação ou esclarecimentos poderão ser formulados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, *in verbis*:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Logo, considerando que a Sessão Pública está agendada para o dia **29 de dezembro de 2025** e a antecedência necessária de 03 (três) dias úteis, constata-se a **tempestividade** da presente Impugnação.

II. DA INTRODUÇÃO:

A Impugnante se trata de **empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento e sistemas de segurança eletrônicos**, atendendo a todos os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira usualmente exigidos para a execução do objeto licitado.

Sendo dever da Administração Pública a garantia da **lisura** e **isonomia** de suas contratações, nos termos estabelecidos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 e 5º da Lei 14.133/21, é também **dever** dos administrados denunciar **irregularidades** que maculam as licitações públicas.

Ao analisar de forma minuciosa o instrumento convocatório, constatou-se a presença de cláusulas restritivas e ilegais que maculam o procedimento, comprometem o caráter competitivo do certame e violam os princípios basilares que regem as contratações públicas.

Especialmente no que tange à qualificação técnica, uma vez que se verifica restrição à competitividade, ante a exigência de atestados com especificações excessivas, conforme será melhor delimitado no tópico a seguir.

Dessa forma, o presente Edital deve ser **alterado** a fim de garantir a melhor técnica, eficiência e isonomia nos termos que se passa a expor.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

a) CARACTERÍSTICAS EXCESSIVAMENTE ESPECÍFICAS E IDÊNTICAS DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Trata-se de Edital de Pregão Eletrônico, cujo objeto pretende a seguinte contratação:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários para atendimento dos prédios das escolas municipais de Campo Bom.

O Edital dispõe em seus itens 7.1.4.1.1 e 7.1.4.2.2 da seguinte forma:

7.1.4.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, especificamente:

a) Prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, incluindo a comunicação imediata de disparos de alarme e o acesso a sistema de controle de disparos.

b) Fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de sistemas de monitoramento eletrônico de alarmes, incluindo, no mínimo, os seguintes equipamentos: Centrais de alarme com comunicação via internet e frequência no mínimo de 800 MHz. Sensores sem fio com supervisão à distância, frequência no mínimo de 800 MHz e imunidade a pequenos animais (até 20 kg). Repetidores.

c) Comprovação de atendimento a Nível de Serviço (SLA) que preveja tempo máximo de restauração completa do funcionamento do sistema de alarme em caso de falha, mau funcionamento ou ausência de operação, em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da notificação do incidente.

7.1.4.2. Será admitido o somatório dos atestados para comprovação dos serviços:

7.1.4.2.1. execução de serviços em quantitativos mínimos equivalentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais de equipamentos e serviços previstos no Termo de Referência, conforme Art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se:

7.1.4.2.2. O(s) atestado(s), somados, deverão comprovar Serviço de Monitoramento: Comprovação de monitoramento para, no mínimo, 25 (vinte e cinco) locais/prédios distintos. Equipamentos em Comodato (Instalação e Manutenção): * Centrais de Alarme: Mínimo de 25 unidades. Sensores de Interior: Mínimo de 498 unidades. Sensores Semiabertos: Mínimo de 51 unidades. Repetidores: Mínimo de 44 unidades.

Convém ressaltar que após alteração e republicação do texto, o item 7.1.4.1.1, alínea *b*, e 7.1.4.2.2 do Edital, passaram a vigorar com a seguinte redação:

7.1.4.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, especificamente:

(...)

b) Fornecimento, por cedência (em regime de comodato, locação, cessão ou qualquer outro meio que não configure venda do equipamento), instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de sistemas de monitoramento eletrônico de alarmes, incluindo, no mínimo, os seguintes equipamentos: Centrais de alarme com comunicação via internet e frequência no mínimo de 800 MHz. Sensores sem fio com supervisão à distância, frequência no mínimo de 800 MHz e imunidade a pequenos animais (até 20 kg);

Nota-se, portanto, que o Edital, em seus itens **7.1.4.1.1 e 7.1.4.2.2**, exige a apresentação de atestados de capacidade técnica com **características excessivamente específicas e idênticas** ao objeto licitado, notadamente quanto: à frequência mínima de **800 MHz**; à exigência de sensores sem fio com supervisão à distância e imunidade a pequenos animais; à comprovação mínima de **25 (vinte e cinco) locais/prédios distintos**; e à exigência de quantitativos exatos de equipamentos em comodato, tais como: 25 centrais de alarme; 498 sensores de interior; 51 sensores semiabertos.

Tais exigências, da forma como redigidas, **não admitem a comprovação de experiência por similaridade**, promovendo indevido **direcionamento do certame** e restringindo a competitividade, em afronta aos princípios que regem as licitações públicas.

É imperativo consignar que a Administração Pública, nos termos da Constituição da República, está vinculada ao princípio da legalidade, tal como previsto no art. 37, caput. A mesma norma, em seu art. 37, inciso XXI, destaca a necessidade de o edital de licitação prever somente exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse sentido, qualquer cláusula editalícia que ultrapasse os limites legais será considerada irregular, prejudicando a competitividade do processo licitatório.

Essa perspectiva é corroborada pelos arts. 5º e 9º, inc. I, alínea “a” da Lei 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativa;

E em seu art. 67, inc. II e § 2º a citada lei dispõe (sem grifo no original):

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

(...)

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Por tais razões, a exigência de o licitante apresentar atestado de capacidade técnica com experiência anterior específica ao objeto que está sendo licitado, **restringe à competitividade do certame e torna o processo ILEGAL**, não podendo ser mantida.

Ressalta-se que a Lei nº 14.133/2021 é expressa ao permitir a exigência de **atestados de capacidade técnica compatíveis ou similares**, e não idênticos, ao objeto licitado.

A exigência de que o licitante comprove experiência **exatamente igual**, inclusive quanto a frequência, modelo, quantitativos e número de prédios, **desvirtua a finalidade da qualificação técnica**, que é apenas demonstrar a aptidão para executar o objeto, e não reproduzir contratos anteriores em moldes idênticos.

É ilógico e desarrazoado supor que uma empresa que possui atestados de execução de projetos de maior porte, com quantitativos superiores e tecnologias equivalentes ou mais avançadas, **não seja capaz de executar um serviço de menor vulto**, apenas por não possuir atestado com características absolutamente idênticas às exigidas no edital.

Tal entendimento afronta os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade, isonomia e competitividade**.

Em apoio a esta argumentação, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) se pronunciou:

Voto

(...)

Demais disso, a imposição de comprovação específica de execução de serviços de varrição em vias públicas revela afronta ao ditado no artigo 30, § 5º, da Lei 8.666/93, e no enunciado sumular Súmula nº 30 da Casa, nestes termos: SÚMULA Nº 30 - Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens.

Ademais, Joel de Menezes NIEBHUR frisa a importância de evitar exigências que limitam a competitividade do certame:

(...) as exigências a serem feitas em habilitação sejam úteis, necessárias, relevantes ou pertinentes; que a Administração vise o mínimo necessário de exigências, não o máximo. A tendência é sempre a de simplificar, a de exigir o mínimo de documentos necessários, para ampliar a disputa, dando concreção ao princípio da competitividade.

Licitação Pública e Contrato Administrativo (p. 798). 5ª edição. Editora: Fórum.

Bem como Marçal JUSTEN FILHO:

A determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades inerentes ao objeto a ser contratado. Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.

Comentários à lei de licitações e contratações administrativas, 1ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

Acaso mantida, portanto, a redação conforme consta atualmente, a conduta da Administração, além de eivada de ilegalidade, importará na **restrição da participação de potenciais fornecedores. Pois a** manutenção de exigências excessivamente específicas reduz drasticamente o universo de competidores e afasta empresas tecnicamente capacitadas, podendo ainda comprometer a obtenção da melhor proposta e **onerar a Administração**, em prejuízo do interesse público.

A licitação não pode servir como instrumento de reserva de mercado ou de direcionamento a determinado fornecedor, sob pena de nulidade.

Insta salientar, em linhas derradeiras, que o Termo de Referência justifica as exigências sob o argumento de **manutenção da padronização dos equipamentos**. Contudo, tal justificativa **não se sustenta juridicamente** no que se refere à qualificação técnica.

A **padronização de equipamentos** deve ser tratada nas **especificações técnicas do objeto a ser fornecido** e nos **requisitos mínimos de desempenho e funcionalidade**.

Não seria juridicamente adequado transferir essa exigência para o **atestado de capacidade técnica**, sob pena de confundir a **capacidade operacional da empresa** com **marca, modelo ou tecnologia específica do equipamento**.

Admitir tal exigência implica reconhecer que apenas empresas que já tenham fornecido exatamente o mesmo equipamento poderiam participar, o que viola frontalmente a legislação e a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

Cumprir destacar, por fim, que a manutenção, pelo pregoeiro, de exigências de habilitação manifestamente restritivas e incompatíveis com a legislação vigente não se trata de mera execução automática do edital.

Conforme assentado pelo Tribunal de Contas da União, no recente Acórdão nº 6556/2025, embora o pregoeiro não seja o responsável pela elaboração do instrumento convocatório, pode ser responsabilizado quando contribui para a prática de atos omissivos ou comissivos na condução da licitação, especialmente quando o edital contém exigência de habilitação sabidamente ilegal.

Vejamos:

ACÓRDÃO 6556/2025-SEGUNDA CÂMARA

Data da Sessão: 11/11/2025

Relator: ANTONIO ANASTASIA

ENUNCIADO

O pregoeiro, embora não tenha a atribuição de elaborar o edital, pode ser responsabilizado pelo TCU quando contribui com a prática de atos omissivos ou comissivos na condução de licitação cujo instrumento convocatório contenha exigência de habilitação sabidamente ilegal, porque lhe compete, na condição de servidor público, caso tenha ciência de manifesta ilegalidade, recusar-se ao cumprimento do edital e representar à autoridade superior (art. 116, incisos IV, VI, XII e parágrafo único, da Lei 8.112/1990).

Em outras palavras, o TCU foi expresso ao consignar que compete ao pregoeiro, na condição de servidor público, recusar-se ao cumprimento de cláusulas manifestamente ilegais e representar à autoridade superior, nos termos da Lei nº 8.112/1990.

No caso em apreço, as exigências de qualificação técnica impostas pelos itens 7.1.4.1.1 e 7.1.4.2.2, **ao demandarem atestados com características idênticas, quantitativos fechados e tecnologias específicas, extrapolam os limites legais da comprovação de aptidão técnica**, configurando ilegalidade manifesta já amplamente rechaçada pela legislação e pela jurisprudência dos órgãos de controle.

Assim, a eventual manutenção dessas cláusulas, mesmo após a provocação formal da Administração por meio da presente impugnação, poderá caracterizar contribuição direta para a restrição indevida da competitividade, afastando a justificativa de mero cumprimento do edital e atraindo o dever de atuação corretiva pelo agente responsável pela condução do certame.

Dessa forma, a apreciação da presente impugnação não se limita a uma faculdade administrativa, mas constitui medida necessária de controle de legalidade, em observância ao entendimento consolidado do TCU e aos deveres funcionais impostos aos agentes públicos envolvidos no procedimento licitatório.

Logo, fica claro que a cláusula impugnada é excessiva e inadequada, restringindo a competitividade do certame.

b) DA NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO.

A **prova de Conceito (PoC)** constitui etapa essencial em contratações de natureza tecnológica, como a presente, por permitir a **avaliação prática da viabilidade técnica**, da

interoperabilidade e do desempenho das soluções propostas, bem como **a aferição da efetiva capacidade técnica da empresa em executar o objeto licitado**, assegurando que o fornecimento e os serviços contratados atendam, de forma plena e eficaz, aos requisitos técnicos e operacionais definidos pela Administração.

Ou seja, trata-se de uma **verificação prática de aderência técnica da proposta ao edital**, a ser realizada na fase de **julgamento ou classificação das propostas**, desde que seja viabilizada a **inspeção e acompanhamento pelos demais licitantes**, em respeito ao **princípio da publicidade e da transparência administrativa**.

Nas licitações realizadas para contratação de **bens e serviços tecnológicos**, como é o caso do presente certame, o **procedimento de avaliação de amostras ou de prova de conceito** consiste na **apresentação, pelo licitante, de uma demonstração funcional dos produtos ou sistemas ofertados**, seguida da **realização de testes técnicos e operacionais** pelo órgão promotor da licitação.

O Acórdão nº 1.984–TCU determina que “A Prova de Conceitos (PoC), no âmbito da jurisprudência dessa Corte de Contas, corresponde a uma apresentação de amostras no contexto de uma licitação, com o objetivo de permitir que a empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar no certame, **comprove que a solução apresentada satisfaz os requisitos exigidos no edital**”.

Tal procedimento é expressamente previsto no **§ 3º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe:

“Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.”

Assim, verifica-se que a **legislação autoriza e estimula a realização da prova de conceito** ou da **avaliação de amostras**, exatamente para **garantir a conformidade técnica e funcional das propostas com as especificações do edital**, resguardando o interesse público e a eficiência administrativa.

O **Tribunal de Contas da União (TCU)**, em diversas manifestações, reforça a utilidade e necessidade desse procedimento. O **Acórdão nº 1.215/2009 – Plenário**, por exemplo, recomenda expressamente à **Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti/TCU)** a elaboração de **Nota Técnica sobre a avaliação de amostras e provas de conceito** em contratações de bens e serviços de tecnologia, como forma de **mitigar a recorrente entrega de materiais ou soluções de qualidade duvidosa ou inservível**, resultante da seleção apenas pelo menor preço.

De acordo com a jurisprudência consolidada, a **avaliação prática das soluções ofertadas** deve ocorrer **após a classificação provisória** das propostas, ocasião em que o licitante melhor

posicionado é convocado a **enviar amostra, realizar demonstração funcional ou executar prova de conceito**, a ser **avaliada pela Administração** segundo critérios técnicos preestabelecidos.

A **aprovação dessa avaliação constitui condição indispensável para adjudicação do objeto**, sendo que, em caso de reprovação, o licitante é **desclassificado** e o próximo colocado é convocado, na forma do edital.

O **procedimento de testes e critérios de aceitação** deve estar devidamente **descrito no instrumento convocatório**, permitindo **julgamento objetivo e vinculação ao edital**, em observância aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o qual permanece como diretriz interpretativa da legislação.

O **Acórdão nº 2.932/2009 – Plenário/TCU** também reforça que os órgãos públicos devem:

“Exigir, em processos licitatórios, prova de conceito ou apresentação de amostras, documentar os procedimentos que atestaram a avaliação e a homologação ou rejeição do objeto licitado, atentando para a descrição dos roteiros e testes realizados e sua vinculação com as características técnicas e funcionalidades desejadas, em obediência aos princípios do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório, da publicidade e da motivação.”

A licitação tem por finalidade selecionar a **proposta mais vantajosa para a Administração**, observando o **princípio da isonomia** e garantindo a **eficiência e economicidade** da contratação pública.

Nas contratações de tecnologia, a **vantajosidade da proposta não pode ser aferida apenas pelo menor preço**, mas deve considerar a **qualidade técnica, a confiabilidade e o desempenho efetivo da solução ofertada**.

A **Prova de Conceito** e a **demonstração prática do sistema** são instrumentos que **asseguram a correspondência entre o produto licitado e as necessidades reais da Administração**, evitando que soluções inadequadas sejam contratadas, o que geraria custos adicionais, atrasos e prejuízo ao erário.

De fato, o **TCU** reconhece que a **ausência de avaliação prática prévia** pode resultar na entrega de bens ou sistemas que **não atendam aos requisitos mínimos de desempenho e compatibilidade**, obrigando a Administração a **rescindir contratos, aplicar sanções e realizar novas licitações**, com perda de tempo e de recursos públicos.

Portanto, a **exigência de prova de conceito e demonstração técnica** revela-se **plenamente legítima, proporcional e necessária**, servindo como **mecanismo de mitigação de riscos contratuais**, além de **instrumento de eficiência administrativa**.

Sua previsão no edital não apenas **garante a seleção de solução tecnicamente adequada**, mas também **eleva o nível de competitividade e isonomia entre os licitantes**, uma vez que todos terão oportunidade de comprovar, em igualdade de condições, a capacidade de atender às especificações do Termo de Referência.

Além disso, verifica-se que o instrumento convocatório revela-se **omisso quanto aos critérios e ao procedimento de avaliação técnica dos equipamentos e soluções ofertadas**,

limitando-se à descrição de requisitos formais, sem estabelecer de que modo a Administração procederá à verificação da efetiva conformidade técnica das propostas com as especificações do edital. Tal lacuna compromete o julgamento objetivo e suscita legítima indagação: **como a Administração Pública pretende aferir, de forma técnica, isonômica e transparente, se as propostas apresentadas atendem integralmente às exigências editalícias, na ausência de metodologia, critérios e etapas de avaliação previamente definidos?** A omissão inviabiliza o controle pelos licitantes, fragiliza a motivação dos atos administrativos e abre margem a avaliações subjetivas, em afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da publicidade, da transparência e da segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, reforçando, portanto, a necessidade de previsão expressa de procedimento técnico de validação, como a Prova de Conceito ou avaliação de amostras.

Diante de todo o exposto, requer-se a **inclusão, no edital, da obrigatoriedade de realização de Prova de Conceito (PoC) ou demonstração técnica das soluções ofertadas**, em conformidade com o disposto no art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do TCU, como condição indispensável para validação técnica das propostas apresentadas, resguardando-se os princípios da legalidade, da eficiência, da isonomia, da competitividade e da supremacia do interesse público.

IV. DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer-se:

- a) O **RECEBIMENTO** e **PROCESSAMENTO** da presente **IMPUGNAÇÃO**, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021;
- b) A **RETIFICAÇÃO** do **EDITAL** para a alteração dos itens **7.1.4.1.1** e **7.1.4.2.2**, de modo a permitir a comprovação de qualificação técnica por meio de atestados de serviços similares ou compatíveis, vedada a exigência de identidade absoluta de características, quantitativos e tecnologias, em adequação aos princípios da competitividade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.
- c) com a consequente **alteração do edital**, a fim de que seja expressamente prevista a realização de **Prova de Conceito (PoC), demonstração técnica ou avaliação de amostras**, acompanhada da definição clara e objetiva dos **critérios técnicos, metodologia de testes, forma de avaliação, momento procedimental e critérios de aprovação ou reprovação**, em estrita observância ao art. 17, §3º, e aos princípios consagrados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União. Tal medida é imprescindível para assegurar a legalidade do certame, a isonomia entre os licitantes, a transparência dos atos administrativos e a seleção da proposta verdadeiramente mais vantajosa para a Administração Pública, resguardando-se, em última análise, o interesse público e a eficiência da contratação.



- d) A **REPUBLICAÇÃO** do **EDITAL** escoimado dos vícios apontados, de acordo com o art. 55, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

Santa Maria/RS, RS, 22 de dezembro de 2025.

VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA
CNPJ: 02.883.607/0001-92

Representante Legal
Giovanna Alves Dias
CPF: 032.352.220-30

 <div>Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo</div>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 43204986171		Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul					
Nome: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:					
<div>Nº FCN/REMP  RSP2500294942</div>					
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)	
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL	
<div><div>SANTA MARIA Local 21 Julho 2025 Data</div><div>Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____</div></div>					
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<div><input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA</div>					
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):					
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> SIM		Processo em Ordem À decisão _____/_____/_____ Data _____ Responsável	
_____		_____			
_____		_____			
_____		_____			
_____		_____			
<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/_____ Data		<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/_____ Data			
_____ Responsável		_____ Responsável			
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
				_____/_____/_____ Data	_____ Responsável
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
_____/_____/_____ Data		_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
		Presidente da _____ Turma			
OBSERVAÇÕES					





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/260.739-2	RSP2500294942	21/07/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
742.617.110-87	EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS	23/07/2025 15:03:41
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

953.070.440-20	FABRICIO PRESTES SOARES	28/07/2025 15:45:49
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

626.271.630-00	PAULO DE LIMA MONTEIRO	23/07/2025 17:18:57
Assinado utilizando assinatura qualificada		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11167163 em 30/07/2025 da Empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ 02883607000192 e protocolo 252607392 - 28/07/2025. Autenticação: A69FB06B5C88FB4FACD22AF9EE1F6FDE2E128D4C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/260.739-2 e o código de segurança 0Ckm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/07/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSE TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA Nº 31
VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA
02.883.607/0001-92

Os (as) infra-assinados (as):

FABRÍCIO PRESTES SOARES, brasileiro, solteiro, nascido em 21/04/1979, empresário, portador do RG nº 1042825263 expedido pela SJTC/RS, inscrito no CPF nº 953.070.440-20, residente e domiciliado à Rua Itaboral, número 134, APT: 804, Bairro Jardim Botânico, CEP: 90.670-030, na cidade de Porto Alegre -RS.

EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 17/12/1976, empresário, portador do RG nº 1061467963 expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF nº 742.617.110-87, residente e domiciliado à Rua Cesar Trevisan, número 1043, casa C1, Bairro Tomazetti, Santa Maria –RS, CEP 97.065-060.

PAULO DE LIMA MONTEIRO, brasileiro, divorciado, nascido em 23/01/1970, contador, portador do RG nº 6048328857 expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF nº 626.271.630-00, residente e domiciliado à Rua Padre Kentenich, nº 36, apto 901, Bairro Nossa Senhora das Dores, CEP 97.095-510 em Santa Maria/RS.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada, que gira sob a razão social de **VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA**, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, à Avenida Governador Walter Jobim, nº 500, lote 9 e 10, Bairro Patronato, CEP: 97.020-355, inscrita no CNPJ sob o nº **02.883.607/0001-92**, inscrita no Ofício dos Registros Especiais sob o nº 1.857, às folhas 085 e verso, do livro A nº 08, no dia 27 de novembro de 1998, e última alteração de contrato social consolidada nº 28 arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 26 de fevereiro de 2024 sob o **NIRE 4320498617-1**, resolvem alterar e consolidar seus atos na forma a seguir:

DAS ALTERAÇÕES:

DO OBEJTO SOCIAL:

prestação de serviços de instalação, execução e monitoramento de sistemas de segurança, sistemas integrados de gestão e controle de frota, rastreamento veicular,



rastreamento via satélite e GPRS, monitoramento de veículos, operação, suporte e locação de software de monitoramento veicular e predial, operação de centrais de telefonia e circuito fechado de televisão, bem como a comercialização e a locação de equipamentos de monitoramento, operação e exploração dos serviços público e privado de estacionamento rotativo, locação e instalação de sistemas eletrônicos de controle para estacionamento, programação, desenvolvimento e comercialização de software, locação, instalação e manutenção de radares eletrônicos fixos e estáticos, controladores eletrônicos semafóricos, controladores eletrônicos de velocidade para emissão de multas de trânsito, aplicação de investimento em outras sociedades de participação, exceto holdings, holdings de instituições não-financeiras e prestação de serviços de portaria, recepção, apoio e conservação de prédios e edifícios, fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios, serviços de comunicação multimídia e instalação de equipamentos, serviços de instalação de cabeamento estruturado e serviços de instalação de rede de fibra óptica, outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente e comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente.

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Decidem os sócios que, a partir desta data, a sociedade reger-se-á única e exclusivamente pelas cláusulas e condições seguintes, ficando revogado o contrato primitivo e alterações anteriores ao presente instrumento de alteração contratual.

CONSOLIDAÇÃO

1 – QUADRO SOCIETÁRIO

FABRÍCIO PRESTES SOARES, brasileiro, solteiro, nascido em 21/04/1979, empresário, portador do RG nº 1042825263 expedido pela SJTC/RS, inscrito no CPF nº 953.070.440-20, residente e domiciliado à Rua Itaboraí, nº 1342, apto 804, Bairro Jardim Botânico, CEP 90.670-030 em Porto Alegre/RS.

EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 17/12/1976, empresário, portador do RG nº 1061467963 expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF nº 742.617.110-87, residente e domiciliado à



Rua César Trevisan, nº 1043, Lote C01, Bairro Tomazetti, CEP 97.065-060 em Santa Maria/RS.

PAULO DE LIMA MONTEIRO, brasileiro, divorciado, nascido em 23/01/1970, contador, portador do RG nº 6048328857 expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF nº 626.271.630-00, residente e domiciliado à Rua Padre Kentenich, nº 36, apto 901, Bairro Nossa Senhora das Dores, CEP 97.095-510 em Santa Maria/RS.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada, que gira sob a razão social de **VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA**, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, à Avenida Governador Walter Jobim, nº 500, lote 9 e 10, Bairro Patronato, CEP: 97.020-355, inscrita no CNPJ sob o nº **02.883.607/0001-92**, inscrita no Ofício dos Registros Especiais sob o nº 1.857, às folhas 085 e verso, do livro A nº 08, no dia 27 de novembro de 1998, e última alteração de contrato social consolidada nº 28 arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 26 de fevereiro de 2024 sob o **NIRE 4320498617-1**.

2. DA DENOMINAÇÃO, OBJETO E SEDE (art. 997, II. CC/2002)

A sociedade gira sob o nome empresarial de **VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA** e tem sede e domicílio na cidade de Santa Maria - RS, à Avenida Governador Walter Jobim, nº 500, Lote 9 e 10, Bairro Patronato, CEP: 97.020-355.

3. DAS FILIAIS E DEPENDÊNCIAS

3.1. A sociedade mantém os seguintes estabelecimentos filiais:

- Filial nº 01: Estabelecida na Avenida Dom Luiz Guanella, nº 2307, Bairro São José, CEP: 95.683-550 em Canela – RS.
- Filial nº 02: Filial estabelecida em Viamão/RS, na Rodovia Tapir Rocha, nº 5878, sala 106, Bairro São Lucas, CEP 94450-000.
- Filial nº 03: Estabelecida na Rua Murilo Furtado, número 277, sala 101, Bairro Petrópolis, CEP 90470-440 em Porto Alegre/RS.

3.2 A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

4. DO OBJETO SOCIAL - MATRIZ



O objeto social da matriz é a prestação de serviços de instalação, execução e monitoramento de sistemas de segurança, sistemas integrados de gestão e controle de frota, rastreamento veicular, rastreamento via satélite e GPRS, monitoramento de veículos, operação, suporte e locação de software de monitoramento veicular e predial, operação de centrais de telefonia e circuito fechado de televisão, bem como a comercialização e a locação de equipamentos de monitoramento, operação e exploração dos serviços público e privado de estacionamento rotativo, locação e instalação de sistemas eletrônicos de controle para estacionamento, programação, desenvolvimento e comercialização de software, locação, instalação e manutenção de radares eletrônicos fixos e estáticos, controladores eletrônicos semafóricos, controladores eletrônicos de velocidade para emissão de multas de trânsito, aplicação de investimento em outras sociedades de participação, exceto holdings, holdings de instituições não-financeiras e prestação de serviços de portaria, recepção, apoio e conservação de prédios e edifícios, fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios, serviços de comunicação multimídia e instalação de equipamentos, serviços de instalação de cabeamento estruturado e serviços de instalação de rede de fibra óptica, outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente e comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente.

5. DO OBJETO SOCIAL – FILIAIS

O objeto social das filiais é a prestação de serviços de instalação, execução e monitoramento de sistemas de segurança, sistemas integrados de gestão e controle de frota, rastreamento veicular, rastreamento via satélite e GPRS, monitoramento de veículos, operação, suporte e locação de software de monitoramento veicular e predial, operação de centrais de telefonia e circuito fechado de televisão, bem como a comercialização e a locação de equipamentos de monitoramento, operação e exploração dos serviços público e privado de estacionamento rotativo, locação e instalação de sistemas eletrônicos de controle para estacionamento, programação, desenvolvimento e comercialização de software, locação e manutenção de radares eletrônicos fixos e estáticos, controladores eletrônicos semafóricos, controladores eletrônicos de velocidade para emissão de multas de trânsito, aplicação de investimentos em outras sociedades de participação, exceto holdings, holdings de instituições não-financeiras, prestação de serviços de portaria, recepção, apoio e conservação de prédios e edifícios, serviços de comunicação multimídia e instalação de equipamentos e outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas



não especificadas anteriormente e comercio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

6. DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa é de R\$1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais), representado por 1.440.000 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, com a quitação de saldo de empréstimos concedidos pelos sócios, em moeda corrente nacional, na proporção de sua participação social, ficando assim distribuídas:

Sócio	Participação %	Valor
FABRICIO PRESTES SOARES	33.34	R\$ 480.096,00
EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS	33.33	R\$ 479.952,00
PAULO DE LIMA MONTEIRO	33.33	R\$ 479.952,00
Total	100,00	R\$ 1.440.000,00

7. DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

8. DAS FILIAIS E DEPENDÊNCIAS

Respeitada as prescrições legais, a sociedade poderá abrir ou extinguir filiais, agências, sucursais, depósitos e escritórios em todo o território nacional.

9. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas.

10. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

10.1. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a estranhos sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.



10.2. Não existirá o direito de preferência, quando a cessão de quotas de capital for realizada para parentes de 1º (primeiro) grau, a qual ocorrerá independente da anuência dos demais sócios.

10.3. O sócio que pretender ceder ou transferir suas quotas ou parte delas, observados os impedimentos legais, deverá comunicar sua intenção, por escrito aos demais sócios, em igualdade de condições, terão o prazo de 90 (noventa) dias para a opção de preferência na aquisição das quotas, exceto nos casos onde não houver o direito de preferência.

10.4. Findo o prazo de que trata o item anterior, sem manifestação dos demais sócios, aquele que desejar ceder ou transferir suas quotas, ou parte delas, poderá fazê-lo livremente a terceiros estranhos à sociedade, sem que os sócios remanescentes possam opor quaisquer restrições.

10.5. A parcela do capital social correspondente ao sócio retirante será apurada mediante o levantamento do balanço até o mês anterior a comunicação de retirada do mesmo, salvo quando houver Acordo de Quotistas estabelecendo outra disciplina.

11. DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 27 (vinte e sete) de novembro de 1998 (mil e novecentos e noventa e oito) e sua duração é por tempo indeterminado.

12. DA ADMINISTRAÇÃO

12.1. A administração e o uso do nome empresarial caberá exclusivamente ao sócio administrador **EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS**, já qualificado, a qual incumbir-se-á de todas as operações e representará a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante terceiros, quaisquer repartições e órgãos públicos, federais, estaduais ou municipais, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

12.2. Os sócios poderão nomear um administrador alheio à sociedade, em contrato social ou ato separado, delegando-lhe poderes inerentes à administração da sociedade.

13. DO PRÓ-LABORE



Aos sócios administradores caberá uma retirada mensal a título de pró-labore, corrigido conforme o Acordo de Quotistas.

14. DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Na hipótese de retirada, interdição, falecimento, inabilitação ou falência de sócio, a sociedade não se dissolverá, tendo continuidade com os sócios remanescentes, seus herdeiros ou sucessores a qualquer título ou, ainda, com novos sócios a quem esses transferirem ou cederem sua quota, observando o disposto no presente instrumento acerca da cessão e transferência de quotas.

15. DO ACORDO DE QUOTISTAS

Os sócios celebrarão o acordo de quotistas que vinculam a sociedade, sócios atuais e todos os sócios que nela vierem a ingressar, ainda que não o tenham expressamente firmado, devendo ser arquivado na sede da empresa com suas respectivas alterações.

16. DOS IMPEDIMENTOS DO ADMINISTRADOR

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade.

17. DA DISSOLUÇÃO

Ocorrerá dissolução da sociedade nas hipóteses previstas em lei, ou quando assim o deliberarem os sócios, procedendo-se nessa ocasião, a sua liquidação. Uma vez dissolvido, o patrimônio restante será rateado entre os sócios proporcionalmente às suas quotas de capital.

18. DA NORMA REGIMENTAL

A regência supletiva da sociedade limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei nº 6.404/76.

19. DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

20. LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

20.1. Os lucros apurados, quando e se houver distribuição, poderão não ser proporcionais às quotas sociais de cada sócio, como permite o art. 1007 do C.C. A critério da administração da sociedade, e por ordem dos administradores, poderão ser mantidos em fundo de reservas ou em suspensos, ou ainda de acordo com os interesses da sociedade.

20.2. Ocorrendo prejuízos que não possam ser compensados com reservas, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das suas quotas.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As alterações contratuais somente poderão ser realizadas por deliberação de todos os sócios.

21.2. A nomeação ou a destituição de administradores, sócios ou não sócios, será permitida mediante deliberação de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

22. DO FORO

Fica eleito o foro de Santa Maria - RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01(uma) via de igual teor e forma para que produza efeitos legais.

Santa Maria/RS, 11 de julho de 2025.

EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS

Sócio Administrador



FABRICIO PRESTES SOARES

Sócio

PAULO DE LIMA MONTEIRO

Sócio



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11167163 em 30/07/2025 da Empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ 02883607000192 e protocolo 252607392 - 28/07/2025. Autenticação: A69FB06B5C88FB4FACD22AF9EE1F6FDE2E128D4C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/260.739-2 e o código de segurança 0Ckm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/07/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/260.739-2	RSP2500294942	21/07/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
742.617.110-87	EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS	23/07/2025 15:03:41
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

953.070.440-20	FABRICIO PRESTES SOARES	28/07/2025 15:45:49
Assinado utilizando assinaturas avançadas gov.br ITI		

626.271.630-00	PAULO DE LIMA MONTEIRO	23/07/2025 17:18:57
Assinado utilizando assinatura qualificada		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11167163 em 30/07/2025 da Empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ 02883607000192 e protocolo 252607392 - 28/07/2025. Autenticação: A69FB06B5C88FB4FACD22AF9EE1F6FDE2E128D4C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/260.739-2 e o código de segurança 0Ckm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/07/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSE TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL







TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, de CNPJ 02.883.607/0001-92 e protocolado sob o número 25/260.739-2 em 28/07/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11167163, em 30/07/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador EDUARDA ROGGIA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
742.617.110-87	EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS	23/07/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
953.070.440-20	FABRICIO PRESTES SOARES	28/07/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
626.271.630-00	PAULO DE LIMA MONTEIRO	23/07/2025 17:18:57
Assinado utilizando assinatura qualificada AC REDE IDEIA RFB		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
742.617.110-87	EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS	23/07/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
953.070.440-20	FABRICIO PRESTES SOARES	28/07/2025
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
626.271.630-00	PAULO DE LIMA MONTEIRO	23/07/2025 17:18:57
Assinado utilizando assinatura qualificada AC REDE IDEIA RFB		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 11/07/2025



Documento assinado eletronicamente por EDUARDA ROGGIA, Servidor(a) Público(a), em 30/07/2025, às 10:24.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/validacao) informando o número do protocolo 25/260.739-2.



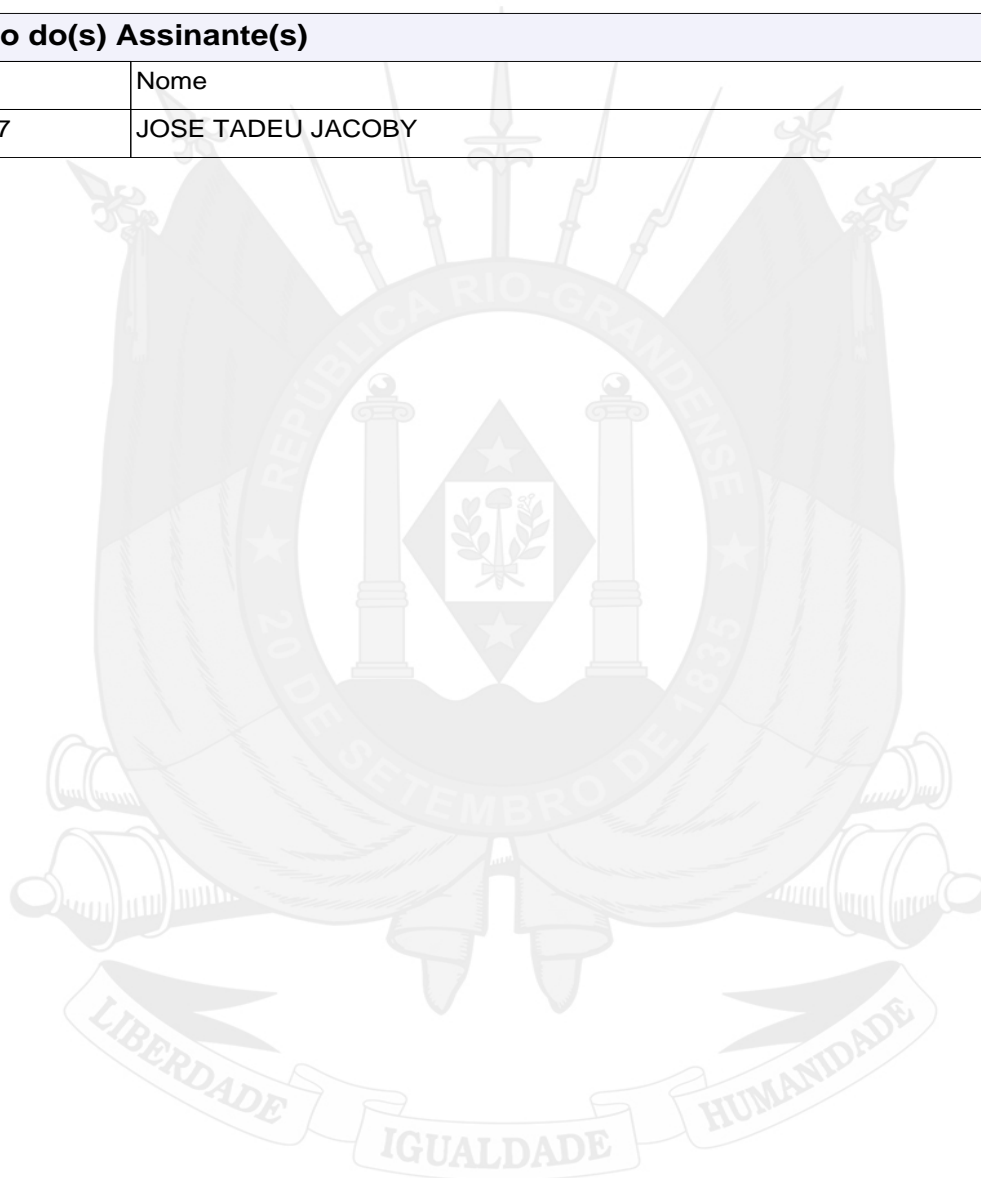


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre. quarta-feira, 30 de julho de 2025



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11167163 em 30/07/2025 da Empresa VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ 02883607000192 e protocolo 252607392 - 28/07/2025. Autenticação: A69FB06B5C88FB4FACD22AF9EE1F6FDE2E128D4C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 25/260.739-2 e o código de segurança 0Ckm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/07/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSE TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Governador Walter Jobim, n.º 500, Bairro Patronato, na cidade de Santa Maria, estado do RS, inscrita no CNPJ sob n.º 02.883.607/0001-92, neste ato representada por seu sócio administrador, Ezequiel Cardoso dos Santos, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 1061467963, órgão expedidor SSP/PC – RS, inscrito no CPF n.º 742.617.110-87.

OUTORGADO: GIOVANNE ALVES DIAS, brasileiro, Bacharel em Administração e Ciências Contábeis, portador do CPF n.º 032.352.220-30, Cédula de Identidade n.º 6101943386 Órgão expedidor SJS/DI RS, residente e domiciliado na Rua Oswaldo Carvalho do Nascimento, n.º 320, Bairro T. Neves, Santa Maria - RS.

OUTORGADO: VINÍCIOS VARGAS PONTES brasileiro, CPF n.º 004.208.580-24, Cédula de Identidade n.º 3076981251 órgão expedidor SSP/RS, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre – RS.

PODERES

Para o Outorgado representar o Outorgante nos processos licitatórios promovidos pelo órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou entes privados, concedendo-lhe amplos poderes para firmar documentos, oferecer lances de propostas, assinar proposta de preço, assinar e manifestar contratos, negociar preços verbais, deliberar, interpor, desistir e renunciar a interposição de recursos, efetuar impugnações, solicitar esclarecimentos, prestar informações, substabelecer, preencher cadastros em nome da Outorgante, enfim praticar todos os Atos pertinentes aos processos licitatórios em que a Outorgante fizer parte ou tiver interesse em participar. Este Instrumento Particular tem sua validade de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura desta procuração.

Santa Maria, RS, 13 de janeiro de 2025.

8º TABELIONATO
PORTO ALEGRE

VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA
EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS

CPF n.º 742.617.110-87

RG n.º 1.061.467.963


TABELIMATOS DENTOS
35 7094-1100

Marise Dornelles Brea - Tabelã
Avenida Getúlio, nº 184
 Bairro Moinhos de Vento
 Porto Alegre, RS

31 3084-0008 DDI 5588-0108
 contato@tabelimatos.com.br
 www.tabelimatos.com.br




Reconheço por **SEMELHANÇA** a firma de **EZEQUIEL CARDOSO DOS SANTOS**, referente ao ato **Procuração**. Dou fé.

Porto Alegre, quarta-feira, 15 de janeiro de 2025
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 Krisley de Oliveira Machado - Escrivante Autorizada
 Emol.: R\$10,30 + Belo digital: R\$2,60 -
 0481.02.2300001.25208







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



RS

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2192117108



NOME
GIOVANNI ALVES DIAS

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
6101943386 SJS/DI RS

CPF
032.352.220-30

DATA NASCIMENTO
27/10/1991

FILIAÇÃO
ANTONIO JOEL DE ALMEIDA DIA
S
JOCELAINE ALVES DE OLIVEIRA

PERMISSÃO


ACC


CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
05385272570

VALIDADE
18/05/2031

1ª HABILITAÇÃO
21/12/2011



2192117108

OBSERVAÇÕES



ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTA MARIA, RS

DATA EMISSÃO
18/05/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

39701232108
RS245011188

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2269428435

NOME
VINÍCIOS VARGAS PONTES

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
3076981251 SJS/II RS

CPF
004.208.580-24

DATA NASCIMENTO
07/09/1980

FILIAÇÃO
ODONELSO WEGNER PONTES
ISAURA VARGAS PONTES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
02149873082

VALIDADE
22/11/2031

1ª HABILITAÇÃO
10/01/2002





2269428435

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PORTO ALEGRE, RS

DATA EMISSÃO
22/11/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

76198864429
RS250976064

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN